

Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas

2



Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Atena
Editora

Ano 2021

Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas

2



Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes editoriais

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Da teoria à prática em pesquisas nas ciências sociais aplicadas 2

Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizadora: Luciana Pavowski Franco Silvestre

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T314 Da teoria à prática em pesquisas nas ciências sociais aplicadas 2 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-351-1

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.511213007>

1. Ciências sociais. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco (Organizadora). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o e-book “Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas II”. São ao todo 22 pesquisas instigantes, que provocam a leitura diante de temáticas relevantes e extremamente contemporâneas.

As pesquisas apresentadas permitem a aproximação e o reconhecimento de movimentos da sociedade brasileira e global, como os processos migratórios, a pandemia de COVID-19, a sustentabilidade e gestão ambiental, modelos de desenvolvimento econômico, sistemas políticos e impactos nos territórios e desenvolvimento social.

Registra-se que os temas apresentam relação entre si, e apontam para os impactos de processos históricos. O contexto de pandemia do COVID - 19, reconhecida oficialmente pela OMS – Organização Mundial da Saúde desde março de 2020, já contabiliza mais de 4 milhões de pessoas mortas. Além do impacto à vida e à saúde, a pandemia trouxe consequências diretas para as questões econômicas, condições de vida e relações sociais.

As temáticas são apresentadas a partir de eixos centrais como os espaços organizacionais, pesquisas e práticas acadêmicas, relação com as políticas públicas, redes sociais e aspectos territoriais.

O e-book congrega a sistematização de resultados de pesquisas que permitem a relação entre a teoria e a prática em um contexto extremamente dinâmico da vida social, sendo relevante o registro dos impactos imediatos identificados. Espera-se ainda, que estas possam contribuir para a realização de análises sistemáticas de tal realidade, a partir de novos questionamentos e de diferentes perspectivas teóricas.

Boa leitura a todos e a todas.

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

MEG SUSTENTÁVEL - MÉTODOS PARA TORNAR UMA INSTITUIÇÃO SUSTENTÁVEL

Elias Giovanni de Oliveira Brandão

Guilherme Magalhães M. Gomes

Manoel Victor Silva Borges Aguiar

José Roberto Cruz e Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5112130071>

CAPÍTULO 2..... 17

MUTAÇÕES CONTEMPORÂNEAS NO MUNDO DO TRABALHO E O NOVO ESPÍRITO DO CAPITALISMO : A ANÁLISE DE LUC BOLTANSKI E EVE CHIAPELLO

Cristina Maria Quintão Carneiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5112130072>

CAPÍTULO 3..... 23

REFLEXOS E MEDIDAS DOS PEQUENOS NEGÓCIOS DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19: ESTUDO DE CASO CAPIXABAS BAR E RESTAURANTE

Beatriz Mendes Leal

Brenda Layane Mendes

José Victor Lopes de Abreu

Rayssa da Cunha Moraes

Carmen Luiza Moreira Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5112130073>

CAPÍTULO 4..... 34

ANÁLISE DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL (SGA) NO RAMO DE LATICÍNIOS

Emerson Ordonioda Silva

Simone Macedo Ferreira

Elias Caetano da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5112130074>

CAPÍTULO 5..... 52

ESTUDO DO PERFIL DE EMPREENDEDORES FILIADOS A ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS NO PARANÁ

Tayso Silva

Izabela Martins Rodrigues

Lincoln Tutida

Cristina Hinterlang e Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5112130075>

CAPÍTULO 6	59
<p>IMIGRAÇÃO HAITIANA E SENEGALESA: UM ESTUDO DA DIVERSIDADE CULTURAL E A INFLUÊNCIA ORGANIZACIONAL NA AGROINDÚSTRIA DA CIDADE DE XAXIM NO OESTE DE SANTA CATARINA</p> <p>Jerri Kallebe da Silva</p> <p> https://doi.org/10.22533/at.ed.5112130076</p>	
CAPÍTULO 7	79
<p>O FENÔMENO DAS FÁBRICAS RECUPERADAS POR TRABALHADORES: FLASKÔ E ERTS ARGENTINAS EM FOCO</p> <p>Cícero Costa Hernandez</p> <p>Carlos Raul Etulain</p> <p> https://doi.org/10.22533/at.ed.5112130077</p>	
CAPÍTULO 8	92
<p>GESTÃO ESTRATÉGICA DE RECURSOS HUMANOS NAS INDÚSTRIAS DA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE</p> <p>Dione Olesczuk Soutes</p> <p>Iago Rafael Muller</p> <p>Matheus Vitor da Silva</p> <p> https://doi.org/10.22533/at.ed.5112130078</p>	
CAPÍTULO 9	112
<p>FORMAÇÃO TÉCNICA INTEGRADA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL: AS PROPOSTAS DE UM CURSO TÉCNICO NO CONTEXTO DE UM MUNICÍPIO DO INTERIOR DO PARANÁ</p> <p>Ednéia Martins Ferreira de Souza</p> <p>Maria Izabel Rodrigues Tognato</p> <p> https://doi.org/10.22533/at.ed.5112130079</p>	
CAPÍTULO 10	122
<p>ANÁLISE DA ADOÇÃO DE PRÁTICAS DE CONTABILIDADE INTERORGANIZACIONAL PELOS OLEIROS DO PARACURI – ICOARACI – PA</p> <p>Ana Paula da Costa Ewerton</p> <p>Márcia Athayde Moreira</p> <p> https://doi.org/10.22533/at.ed.51121300710</p>	
CAPÍTULO 11	134
<p>SISTEMATIZAÇÃO DE TÉCNICAS DE ARQUITETURA A PARTIR DE TRABALHOS ACADÊMICOS</p> <p>Aline Cardoso Barreto</p> <p>Vera Santana Luz</p> <p> https://doi.org/10.22533/at.ed.51121300711</p>	

CAPÍTULO 12.....	152
APROXIMAÇÕES SOBRE OS PESQUISADORES QUE DEFENDEM EXPLICITAMENTE A TERCEIRIZAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA E SUAS TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS	
Ibrahim Rogério Jarochinski Marinho Leonardo Carnut	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.51121300712	
CAPÍTULO 13.....	170
PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A COVID-19 EM REPOSITÓRIOS BRASILEIROS COMO APOORTE PARA O COMBATE À PANDEMIA	
Sonia Aguiar Cruz-Riascos Paloma Rayana França da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.51121300713	
CAPÍTULO 14.....	183
DIREITO À MORADIA: UMA ANÁLISE DO SOB A ÓTICA DO <i>BEM VIVER</i> NO DIREITO URBANÍSTICO EM SALVADOR/RIO DE JANEIRO	
Gilmar Bittencourt Santos Silva Paula Miranda Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.51121300714	
CAPÍTULO 15.....	200
A DESISTÊNCIA DA CONDUTA INFRACIONAL POR ADOLESCENTES NO DISTRITO FEDERAL	
Andrea Lagares Neiva Liana Fortunato Costa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.51121300715	
CAPÍTULO 16.....	214
EXPOSIÇÕES EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS: PRÁTICAS NA REGIÃO NORTE DO BRASIL	
Rubens da Silva Ferreira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.51121300716	
CAPÍTULO 17.....	226
A GESTÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: ESTUDO DE CASO NA BIBLIOTECA SETORIAL RODOLFO HELINSK	
Maria Jane Chelly de Oliveira Inácio Raimunda Fernanda Santos Marjorye Isidio Oliveira Maribel Silva Monteiro Dias	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.51121300717	

CAPÍTULO 18.....	241
PERFIL DOS SEGUIDORES DAS REDES SOCIAIS DO 'PROJETO SABERES, SABORES E PRÁTICAS GASTRONÔMICAS DA CULINÁRIA BRASILEIRA': UMA ANÁLISE ANTES E DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19	
Pedro Ricardo Viviani da Silva	
Gabrielle Padilha Bochi	
Thaina Schwan Karls	
Camila Pinheiro Coura	
Mara Lima de Cnop	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.51121300718	
CAPÍTULO 19.....	254
A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CONTEXTO DOS MECANISMOS DE PROTEÇÃO INTEGRAL ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	
Ana Paula Cassimiro	
Jaqueline Figueredo Silva	
Jessica Maria de Souza Felix	
Kauany da Silva Morais	
Thais Lopes Vasconcelos	
Paulla Christianne da Costa Newton	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.51121300719	
CAPÍTULO 20.....	268
A COMPREENSÃO DE QUESTÃO SOCIAL E O TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO DA SAÚDE EM MOMENTOS DE PANDEMIA – COVID 19	
Cândida Kirst Bergmann	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.51121300720	
CAPÍTULO 21.....	280
CONTRADIÇÕES DO NEODESENVOLVIMENTISMO BOLIVIANO À LUZ DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA	
Guilherme Balduino Gonzaga	
Giuliana da Cunha Faccioli	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.51121300721	
CAPÍTULO 22.....	301
A (DES) URBANIDADE DO DISTRITO DE MARECHAL BORMANN / CHAPECÓ / SC	
Ana Laura Vianna Villela	
Katiane Laura Balzan	
Gabriela Borges da Silva	
André Luiz Carrilho Nucci	
Dyenifer Taysa Mendes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.51121300722	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	317
ÍNDICE REMISSIVO.....	318

ANÁLISE DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL (SGA) NO RAMO DE LATICÍNIOS

Data de aceite: 21/07/2021

Emerson Ordonioda Silva

Graduação em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário São Lucas de Ji-Paraná (2020)
<http://lattes.cnpq.br/9913052921130814>

Simone Macedo Ferreira

Graduação em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário São Lucas de Ji-Paraná (2020)
<http://lattes.cnpq.br/5897859847604000>

Elias Caetano da Silva

Graduação em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná (2005),
graduação em Direito pelo Centro Universitário São Lucas de Ji-Paraná (2019). Especialista em Administração Pública pela Universidade Federal de Rondônia
<http://lattes.cnpq.br/4134072750690095>

RESUMO: O sistema de gestão ambiental (SGA) é todo o processo adotado pela entidade para reduzir seus impactos ambientais, esses causados pelo seu processo produtivo, quando a empresa passa a adotar os métodos do SGA, por conseguinte a implantação e monitoramento são possíveis à maximização dos resultados econômicos, redução dos custos de produção, reduzirem os passivos ambientais originados nos desperdícios de matérias-primas e multas aplicadas pelos órgãos governamentais. O presente trabalho tem por objetivo principal analisar quais os meios utilizados pela indústria de laticínio para redução dos impactos ambientais e melhoria na qualidade da produção.

Para alcance dos resultados, utilizou-se método dedutivo, estruturado numa pesquisa bibliográfica e documental. Em confrontação do embasamento teórico com a possível aplicação prática dos procedimentos de auditoria tomou-se por base uma indústria laticínio situada na cidade de Presidente-Médici. Para alcance dos objetivos fez-se necessário à simulação de papéis de trabalhos pelo qual foi possível conhecer que embora a empresa utilize de boas práticas de fabricação, funcionários utilizam equipamentos de proteção individual, considerável padrão de higienização, assepsia do ambiente, a empresa não possui um SGA implantado, controle efetivo dos gases emitidos pelas caldeiras, constatou-se ausente documentação de regularidade ambiental prescrito pelas legislações ambientais vigentes, tratamento dos efluentes não atende os requisitos legais que pode provocar danos ambientais e a saúde da população. Percebeu-se ainda, que empresa não reutiliza a água derivada do processo produtivo, mesmo com tecnologias possíveis de utilizar para o tratamento desta água tornando-a apta a reutilização, com redução do impacto ambiental e custos operacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema Gestão Ambiental. Contabilidade. Auditoria. Resultado Econômico

ANALYSIS OF THE ENVIRONMENTAL MANAGEMENT SYSTEM (EMS) IN THE BRANCH OF DAIRY PRODUCTS

ABSTRACT: The environmental management system (EMS) is the entire process adopted by the entity to reduce its environmental impacts, those caused by its production process, when the

company starts adopting the EMS methods, thereafter the implantation and monitoring are possible maximizing economic results, reducing costs production, reducing environmental liabilities arising from waste of raw materials and fines imposed by government agencies. The main objective of the study is analyzing the means used by the dairy industry to reduce environmental impacts and improve production quality. To achieve the results, a deductive method it was used, structured in a bibliographic and documentary research. Confronting the theoretical basis with the possible practical application of the audit procedures, it was based on a dairy industry located in the city of Presidente-Médici. In order to achieve the objectives it was necessary to simulate work papers whereby it was possible to know that although the company uses good manufacturing practices, employees use personal protective equipment, a considerable standard of hygiene, asepsis of the environment, the company does not have an EMS implanted, effective control of the gases emitted by the boilers, it was found that there was no documentation of environmental regularity prescribed by current environmental legislation, the treatment of effluents does not meet the legal requirements that can cause environmental damage and the health of the population. It was also noticed that the company does not reuse the water derived from the production process, even with technologies that can be used to treat this water, making it suitable for reuse, with reduced environmental impact and operational costs.

KEYWORDS: Environmental Management System. Accounting. Audit. Economic Result.

1 | INTRODUÇÃO

A preservação ambiental vem se tornando cada dia mais um fator relevante, e, de preocupação por parte da sociedade, a forma de as empresas lidarem com os impactos ambientais causados no processo produtivo, tem sofrido grandes alterações nos últimos tempos. As legislações de responsabilidade ambiental tratam com rigor as questões ambientais, desta forma empresas adotam responsabilidade frente a essas exigências.

De acordo com a Constituição Federal e legislações correlatas, todos têm obrigação de manter o meio ambiente equilibrado para que dele possa se usufruir. Com ênfase às indústrias de médio e grande porte, as maiores causadoras de impactos ambientais.

O sistema de gestão ambiental (SGA) é todo o processo adotado pela entidade para reduzir seus impactos ambientais, causados no processo produtivo.

Deste modo, o objetivo geral do presente trabalho é analisar quais os meios utilizados pela indústria de laticínio para redução dos impactos ambientais e melhoria na qualidade da produção. E a finalidade será verificar: quais os requisitos das legislações vigentes a indústria de laticínio utiliza para minimizar os impactos ambientais causados no processo de produção?

De acordo com a finalidade e objetivo estabelecido, foi realizada uma confrontação do embasamento teórico com a possível aplicação prática dos procedimentos de auditoria, para obter os achados, evidências e as consequências que esses impactos ambientais podem trazer ao patrimônio da entidade. A pesquisa tomou-se por base uma indústria laticínio no município de Presidente-Médici.

1.1 Conceito e Finalidade da Contabilidade

A contabilidade é um sistema que promove aos usuários informações da situação econômica, financeira e física da empresa objeto da contabilização, através de uma visão macro que demonstra a real situação da entidade e a utilização dos recursos a ele atribuídos. Nesse sentido destaca-se Marion;

A Contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Ela é muito antiga e sempre existiu para auxiliar as pessoas a tomarem decisões. Com o passar do tempo, o governo começa a utilizar-se dela para arrecadar impostos e a torna obrigatória para a maioria das empresas. (MARION, p. 3, 2018)

A finalidade da contabilidade é registrar, controlar e demonstrar os resultados econômicos e financeiros resultantes do gerenciamento da riqueza do objeto da contabilidade o patrimônio da entidade.

1.1.1 Contabilidade Ambiental

Nas últimas décadas tem-se ganhado grande destaque com as grandes organizações, que fazem o uso de recursos naturais. Juntamente com outras ciências a preocupação com a preservação ambiental, a ciência contábil, atua como forma de controle e evidênciação desses impactos ambientais, com resultados significativos na situação econômico-financeira das entidades. Segundo Ribeiro;

Do ponto de vista da contabilidade, o que se pode medir e fazer constar, nas demonstrações contábeis, são os eventos e transações econômico-financeiros, que refletem a interação da empresa com o meio ambiente. (RIBEIRO, 2010, Pág. 39)

Tema de debates e discussões mundial, conforme COSTA (2012) pode definir a contabilidade ambiental como um estudo do patrimônio ambiental da empresa, tais como, bens, direitos e obrigações ambientais. Tem como objetivo o fornecimento de informações a respeito dos eventos ambientais, para os usuários.

1.1.2 Evolução da contabilidade na abordagem ambiental

Com o surgimento da industrialização a partir do século XIX, como consequência, elevando-se o consumo de recursos naturais. Inicialmente nas décadas de 70 e 80, surgiu-se a preocupação das grandes potências frente aos impactos industriais.

A contabilidade ambiental ganhou espaço e contribuiu para a aplicação de legislações e regulamentações ambientais. Segundo Fenker;

A conscientização das partes interessadas (stakeholders) na sustentabilidade social e ambiental, especialmente dos consumidores, cria novas exigências e pressões sobre as organizações para adoção de programas de Responsabilidade Social e Ambiental. Com isso, a questão ambiental passa a ser importante para a gestão, na medida em que o atendimento dessas

exigências contribui para a sustentabilidade econômica no longo prazo. (FENKER, et.al., 2015, p. 25)

A conferência de estocolmo que ocorreu em 1972, foi um evento realizado por líderes das grandes nações, com pauta nos impactos ambientais.

Após 20 anos foi realizada a Eco-92, ou conhecida como Rio-92, grande evento para a questão ambiental empresarial, onde reuniu vários líderes mundiais, para debate sobre a conscientização ambiental no mundo.

1.1.3 Ativos e passivos ambientais

Os ativos ambientais são os que representam os estoques de insumos, acessórios, peças, são utilizados no processo de eliminação ou redução dos impactos ambientais causados pelas empresas. Tais como a poluição, um dos principais impactos causados pelas grandes indústrias, em especial as fábricas de laticínios, que utilizam muita madeira na caldeira, onde se dá origem ao vapor que é utilizado em toda a fábrica.

“Ativos ambientais são os bens adquiridos pela companhia que tem como finalidade controle, preservação e recuperação do meio ambiente.” (COSTA, 2012, Pág. 54)

Os passivos ambientais referem-se aos custos e obrigações na recuperação de seus impactos causados à natureza, já que as grandes indústrias utilizam os recursos naturais, como contrapartida dito, podem ocasionar possíveis alterações ao meio ambiente. Segundo Costa, 2012:

Passivo ambiental é toda obrigação contraída voluntária ou involuntariamente destinada a aplicação em ações de controle, preservação e recuperação do meio ambiente, originando, como contrapartida, um ativo ou custo ambiental. (COSTA, 2012, Pág. 67).

Passivos ambientais de um modo geral são formados pelo conjunto de obrigações que as empresas têm com meio ambiente e a sociedade na qual ela está inserida.

1.2 Sistema Gestão Ambiental

Gestão ambiental é a representação utilizada para designar a gestão empresarial, tem como orientação evitar ou reverter problemas causados, pelos impactos de suas atividades e, a organização obter um desenvolvimento sustentável. BARBIERI (2016) Aponta que um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) requer diretrizes formuladas, definindo objetivos, coordenação das atividades e avaliação dos resultados. Nesse sentido destaca-se Costa;

Em função da cultura ambiental predominante nas empresas, a maior parte dos esforços tecnológicos e financeiros que são aplicados nos SGA está ligada a aplicações de técnicas corretivas. Para conseguir alcançar o desenvolvimento sustentável, é necessário que medidas corretivas sejam substituídas por políticas preventivas que atuam sobre a origem dos problemas. (COSTA, 2012, Pág. 103)

Entretanto o (SGA) é o método que as empresas utilizam para obtenção de informações a respeito de sua interação com o meio ambiente, a fim de garantir sua responsabilidade e compromisso com as legislações ambientais.

1.2.1 Contexto histórico

As ações humanas de modo geral produzem impactos sobre o ambiente e como consequência afeta as condições na qual o homem vive. De acordo com Ferreira;

Ao depararem com problemas de gestão relativos ao meio ambiente, os gestores passaram a requerer da contabilidade informações financeiras que os ajudassem nesse trabalho e para as quais os contadores, de modo geral, não se encontravam (encontram) preparados. Esse fato acentuou-se na década de 90, principalmente a partir do ECO/92 e, também, em decorrência do agravamento dos problemas ambientais, de modo geral.[...] (FERREIRA, 2003, pag. 59 e 60)

Em virtude do agravamento dos impactos ambientais, surgiu a necessidade da contabilidade gerar informações de caráter ambiental e social. De acordo com Tachizawa;

Outra mudança, focada na transparência e responsabilidade pública das organizações, é a implementação do balanço social como instrumento de gestão que evidencia seu desempenho econômico, ambiental e social a seus clientes, fornecedores e comunidade em geral. (TACHIZAWA, 2015, Pág. 3)

A partir do momento que a empresa assume a responsabilidade social, ela desenvolve de modo ético e sustentável as atividades para reduzir os impactos negativos.

1.3 Responsabilidade Ambiental

Com as exigências cada vez mais rigorosas por parte da sociedade, legislações e do governo as empresas estão obrigadas a adotar as questões ambientais, observando a possibilidade de conciliar e evidenciar através do balanço social as questões financeiras com as de cunho social e ambiental. Nesse sentido destaca-se Moreira;

A pressão da sociedade e do Governo através de legislações mais rígidas obrigam as empresas a enfrentar com mais responsabilidade as questões ambientais. Dessa forma, as organizações estão percebendo que é possível associar o resultado financeiro e o cuidado com o ecossistema, utilizando e elaborando o Balanço Social, onde avalia a contribuição da empresa perante a sociedade. (MOREIRA, 2009)

As empresas buscam o equilíbrio entre os seus ganhos financeiros e a conservação do meio ambiente, deste modo passou a ter lucros econômicos, financeiros, social e ambiental, melhorando a imagem empresarial e evidenciando a sua qualidade de produção.

1.3.1 *Legislações e resoluções Ambientais*

No Brasil, para evitar a degradação do meio ambiente e prevenir ficar sem condições para se reconstituir estão sendo criadas legislações e resoluções com punições mais severas aos que as descumprem. Conforme Braga, pode se observar as seguintes:

Lei nº 6.938 de 31/8/81: dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

Constituição Federal de 1988: dispõe sobre os princípios que norteiam a base da política ambiental no Brasil.

Lei nº 9.433 de 8/1/97: institui a Política Nacional de recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

Lei nº 9.605 de 12/2/98 – Lei de Crimes Ambientais: dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Lei nº 6.938 de 31/8/81: dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

Constituição Federal de 1988: dispõe sobre os princípios que norteiam a base da política ambiental no Brasil.

Lei nº 9.433 de 8/1/97: institui a Política Nacional de recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

Lei nº 9.605 de 12/2/98 – Lei de Crimes Ambientais: dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Resolução CONAMA nº 001/86: define as atividades que dependerão da elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental (RIMA).

Resolução CONAMA nº 05/88: regulamenta o licenciamento de obras de saneamento básico.

Resolução CONAMA 001/90: define critérios e diretrizes para a emissão de ruídos. (BRAGA, 2007, p. 7)

Resolução CONAMA nº 001/86: define as atividades que dependerão da elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental (RIMA).

Resolução CONAMA nº 05/88: regulamenta o licenciamento de obras de saneamento básico.

Resolução CONAMA 001/90: define critérios e diretrizes para a emissão de ruídos. (BRAGA, 2007, Pág. 7)

As legislações, resoluções, portarias possuem o objetivo de garantir a preservação dos recursos naturais renováveis e não renováveis e cobrar essa preservação principalmente das grandes indústrias que são umas das maiores poluidoras e devastadoras do meio ambiente.

1.3.2 Princípios da ISO 9000

A ISO 9000 é uma norma de regulamentação do sistema de gestão de qualidade. A partir do momento que a empresa utiliza a ISO ela tem certificação para garantir segurança aos seus clientes, credibilidade e responsabilidade. Isso proporciona a redução dos custos o aumento da produtividade e melhoria da relação comercial. Nesse sentido destaca-se Mello, Silva, Turrioni & Souza;

A série de normas ISO 9000 é um conjunto de normas e diretrizes internacionais para sistemas de gestão de qualidade. Desde sua primeira publicação, em 1987, ela tem obtido reputação mundial como a base para o estabelecimento de sistemas de gestão da qualidade. (MELLO, SILVA, TURRIONI & SOUZA, 2002, Pág. 15)

A ISO 9000 tem em comum com a ISO 14000 a garantia de implantação e aprimoramento do sistema de gestão de qualidade e gestão ambiental. Ambas tem como objetivo a satisfação de seus clientes através do seu desenvolvimento cultural, social, ambiental e organizacional nos estágios envolvidos no ciclo da qualidade da empresa.

1.3.3 ISO 9001

A ISO 9001:2000 trata sobre os requisitos do sistema de gestão da qualidade. Está estruturado de forma clara e objetiva para facilitar aos usuários a adaptação em todas as áreas da empresa. A partir da certificação a empresa garante aos seus clientes otimização, agilidade, correção de eventuais erros no processo de produção e proporciona o crescimento empresarial e a qualidade dos serviços prestados. Nesse sentido destaca-se Mello, Silva, Turrioni & Souza;

A norma ISO 9001:2000 foi organizada em um formato amigável para o usuário, com termos que são facilmente reconhecidos por todas as áreas de negócios. A norma é usada para fins contratuais e de certificação/Registro por organizações que procuram reconhecimento de seu sistema de gestão da qualidade. (MELLO, SILVA, TURRIONI & SOUZA, 2002, Pág. 17)

A ISO 9001 em conjunto com a ISO 14001 abordam o ciclo PDCA (planejar, fazer, checar e agir), com o objetivo de obter certificação do sistema de gestão de qualidade e ambiental com colaboradores competentes.

1.3.4 ISO 14000

A ISO 14000 trata sobre o SGA, tem como foco principal auxiliar as empresa na implantação ou aprimoramento do Sistema de Gestão Ambiental adotado para o desenvolvimento sustentável dentro do aspecto cultural, social e organizacional da empresa. De acordo com Braga;

O objetivo geral da ISO 14000 é fornecer assistência para as organizações na implantação ou no aprimoramento de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA). A ISO é consistente com a meta de desenvolvimento sustentável e é compatível com diferentes estruturas culturais, sociais e organizacionais. (BRAGA, 2007, Pág. 19)

Ao concluir o processo de implantação do Sistema de Gestão Ambiental a empresa obtém a certificação da ISO 14000, isto indica que a entidade alcançou elevados indicadores de responsabilidade ambiental no desempenho de suas atividades operacional.

1.3.5 ISO 14001

A ISO 14001 tem por objetivo específico o sistema de gestão ambiental. Em conjunto com a ISO 9001 promove a eficácia e integração do SGA. Essas normas derivam-se da ISO 9000 necessárias para o alcance do gerenciamento de qualidade de bens e prestação de serviços na produção. De acordo com Braga;

A norma ISO 14001 define as diretrizes para uso da especificação de um sistema de gestão ambiental e estabelece uma correspondência com a ISO 9001, ou seja, seu objetivo é prover as organizações de elementos para um SGA eficaz e passível de integração com os outros objetivos da organização. A Norma ISO 9001 deriva da série ISO 9000 que, por sua vez, é formada por um conjunto de cinco normas que se referem aos Sistemas de Gerenciamento de Qualidade na Produção de Bens de Consumo ou Prestação de Serviços. (BRAGA, 2007, Pág. 19)

As empresas que adotam as boas práticas de gestão ambiental utiliza os recursos naturais de maneira consciente, trabalha de modo a reduzir os resíduos industriais, produzir sem poluir e desempenha suas atividades com responsabilidade ambiental e social.

1.3.6 A política nacional do meio ambiente

A política ambiental tem papel fundamental na implantação e no aprimoramento do SGA. Permite o aperfeiçoamento e o desempenho ambiental e, para o alcance do êxito dessa política faz-se necessário o comprometimento da administração da empresa em cumprir todos os ditames da legislação ambiental vigente. De acordo com Tachizawa;

Política ambiental é o elemento fundamental para a implementação e o aprimoramento do sistema de gestão ambiental da organização, permitindo que seu desempenho ambiental seja mantido e potencialmente aperfeiçoado. Para tanto, a política implementada deve refletir o comprometimento da alta administração em relação ao atendimento as leis aplicáveis e melhoria

A política ambiental é definida como padrão de administração que o governo ou as entidades adota para conduzir as ligações com o meio ambiente e os recursos naturais.

1.4 Etapas do processo de produção

O processo de produção varia de acordo com o produto a ser produzido. Apresenta-se as etapas descritivas para qualquer processo de produção de produtos lácteos. De acordo com Maganha;

Recepção Leite e Ingredientes: Transportado em caminhões isotérmicos ou vasilhames adequados, o leite depois de pesado e filtrado é encaminhado para o(s) tanque(s) de recepção e mantido refrigerado até sua utilização. Os produtos auxiliares são armazenados em condições apropriadas a fim de que sejam conservadas suas características e qualidade. Processamento: O processamento consiste em submeter o leite in natura a operações de filtração, clarificação, padronização e pasteurização/esterilização para consumo ou para obtenção de derivados. A filtração tem por finalidade remover as partículas grosseiras e impurezas eventualmente presentes. A clarificação consiste na centrifugação para remoção das impurezas contidas no leite e o desnatado, na remoção de quantidade desejada de gordura ou creme de leite. A operação de separação e ajuste de teor de gordura no leite é denominada padronização. Tratamento Térmico: Para assegurar a destruição dos micro-organismos patogênicos, é necessário aquecer o leite a determinada temperatura, e mantê-lo nessa temperatura durante certo intervalo de tempo, antes de resfriá-lo novamente. A relação entre temperatura e tempo de retenção é importante para determinar a intensidade do tratamento térmico. Elaboração de Produtos: Depois de termicamente tratado, o leite destinado a elaboração de outros produtos é encaminhado para as etapas produtivas posteriores, as quais variam em função dos produtos a serem obtidos. As atividades produtivas inerentes a cada derivado serão individualmente descritas. Envase e Embalagem: Os produtos prontos passam para a fase de acondicionamento em recipientes apropriados e identificados a fim de serem comercializados. Armazenamento: Embalados e prontos para serem comercializados, os produtos devem permanecer armazenados, em condições adequadas até que sejam encaminhados ao seu destino final. Cabe ressaltar que alguns produtos precisam permanecer sob refrigeração a fim de que sejam mantidas suas características e preservadas suas qualidades. Os produtos acabados devem ser armazenados em condições que impeçam a contaminação e/ou desenvolvimento de microrganismos. Expedição: A expedição e a distribuição dos produtos devem ser realizadas de modo a garantir que sua qualidade seja preservada. Deve-se:

- Impedir a alteração do produto e danos à sua embalagem;
- Ser adotado sistema FIFO (primeiro que entra, primeiro que sai);

Na expedição de produtos acabados, garantir que os veículos para o transporte estejam: isentos de presença de pragas, vazamentos, umidade, materiais estranhos e odores desagradáveis, bem como adequados à temperatura exigida pelo produto. (MAGANHA, 2006, Pág. 28)

As etapas do processo de produção são importante para atestar a qualidade e segurança do produto. Nessas etapas são produzidos os resíduos que podem impactar o meio ambiente.

1.5 Certificação e Obrigatoriedade da Qualidade de Produção

O procedimento de certificação é aquele que uma terceira pessoa atesta e garante a qualidade do produto ou serviço prestado. Conforme destaca Barbieri;

[...]Certificação é o procedimento pelo qual uma terceira parte dá garantia escrita de que o SGA está em conformidade com os requisitos especificados. Terceira parte é uma pessoa ou organismo reconhecido como independente das partes envolvidas no que se refere a um dado assunto. Registro é o procedimento pelo qual um organismo indica as características pertinentes de um produto, processo ou serviço, ou características particulares de um organismo ou pessoa, em lista apropriada e disponível ao público. (BARBIERI, 2016, Pág. 178)

As regulamentações obrigatórias para a funcionalidade do estabelecimento e atestar a qualidade de produção de acordo com as legislações ambientais são: RIISPOA - Regulamento de Inspeção Industrial Sobre Produtos de Origem Animal; SIF- O Serviço de Inspeção Federal; DIPOA - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal; SIE - Serviço de Inspeção Estadual; Vigilância sanitária - alvará de saúde; prefeitura - alvará de funcionamento e licença fornecida pelo corpo de bombeiro.

1.6 Conceitos Gerais de Auditoria

A auditoria surgiu na época da revolução a partir da necessidade de expansão de investimentos (capitais) das empresas familiares de capitais fechados. Muitos empresários queriam investir mais não confiava nos dados expostos nas demonstrações contábeis, então surgiu a necessidade de contratar uma terceira pessoa o auditor independente para fazer a análise e atestar a veracidade dos números apresentados se coincide com a real situação da empresa. Nesse sentido destaca Attie;

O surgimento da auditoria está ancorado na necessidade de confirmação por parte dos investidores e proprietários quanto à realidade econômico-financeira espelhada no patrimônio das empresas investidas e, principalmente, em virtude do aparecimento de grandes empresas multi geograficamente distribuídas e simultâneo ao desenvolvimento econômico que propiciou participação acionária na formação do capital de muitas empresas. (ATTIE, Pág.7, 2018)

Através dos procedimentos de auditoria o auditor irá avaliar se os dados contábeis estão em conformidades com as normas e legislações. Aferir os níveis e qualidade dos controles internos, manifestar a sua opinião.

O objeto da auditoria tem uma variação de acordo com o diagnóstico obtido da entidade e a que se remete a auditoria. Por esse aspecto defende Ribeiro;

[...] o objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança dos usuários em relação a documentos, informações, controles, procedimentos etc., seu objeto variará conforme o fim a que se destina ou que se tem em vista. (RIBEIRO, Pág.17, 2013)

A finalidade da auditoria é desenvolver estratégias para alcançar os objetivos através de uma abordagem sistêmica e organizada. “Tendo em vista que a auditoria é uma técnica contábil com múltipla aplicação, sua finalidade variará conforme os objetivos desejados.” (RIBEIRO, Pág.17, 2013)

A auditoria pode ser de dois tipos, auditoria interna e auditoria externa. Auditoria interna são os conjuntos de métodos utilizados no controle interno para atestar a qualidade e segurança dos registros contábeis. Nesse sentido destaca Crepaldi;

A auditoria interna é facultativa, em função de previsão estatutária, funcionando como instrumento de apoio à gestão e objetivando verificar se o controle interno está em efetivo funcionamento, proferindo o auditor, quando cabível, sugestão para melhora de tais controles internos ou implantação de controles, caso não existam. [...] (CREPALDI, Pág. 69, 2019)

A auditoria interna é subdividida em sete modalidades. A auditoria operacional tem como objetivo geral auxiliar a administração na execução de suas obrigações, atribuições e avaliar as atividades desenvolvidas pela empresa. Nesse aspecto destaca Crepaldi;

A auditoria operacional objetiva análise dos planos e diretrizes da empresa e mensurar a eficiência da gestão das operações e sua consistência com os planos e metas aprovados. Consiste em revisões metódicas de programas, organizações, atividades ou segmentos operacionais dos setores público e privado, com a finalidade de avaliar e comunicar se os recursos da organização estão sendo usados eficientemente e se estão sendo alcançados os objetivos operacionais. (CREPALDI, Pág. 16, 2019)

A auditoria operacional é exercida pelo auditor interno com as mesma características profissionais do auditor externo. Visto que a aplicação exige conhecimento técnico e prático na área de atuação, ao que consiste em testar os níveis de controle e expedir, quando for o caso, recomendações.

1.7 Planejamento de Auditoria

Planejamento de auditoria também conhecido como plano de auditoria ou programa de auditoria, é a etapa em que o auditor estabelece todos os seus requisitos gerais para a execução do trabalho, é o passo inicial de análise e compromisso dos serviços. Conforme se apura da NBC TI 01;

O planejamento do trabalho da Auditoria Interna compreende os exames preliminares das áreas, atividades, produtos e processos, para definir a amplitude e a época do trabalho a ser realizado, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela administração da entidade. (NBC TI 01, item 12.2.1.1, Pág. 3, 2003)

Os papéis de trabalho constituem comprovantes de execução da auditoria, contendo todos os fatos e informações obtidas. Com base nesses papéis de trabalho que o auditor irá emitir o seu parecer (opinião) em relação à a empresa auditada. Extrai-se da NBC TI 01;

Os papéis de trabalho constituem documentos e registros dos fatos, informações e provas, obtido no curso da auditoria, a fim de evidenciar os exames realizados e dar suporte à sua opinião, críticas, sugestões e recomendações. (NBC TI 01, item 12.1.2.2, p. 2, 2003)

Os papéis de trabalho devem ser estruturados na oportunidade do planejamento para atender todas as necessidades no procedimento de execução da auditoria.

1.8 Execução de Auditoria

Achados de auditoria são as evidências que podem ser negativas ou positivas obtidas através dos procedimentos de auditorias aplicados, que avalia se todos os objetivos estabelecidos estão sendo ou não atendidos. Destaca-se Santos e Ribeiro;

Os Achados de Auditoria decorrem da comparação da situação encontrada com o critério estabelecido no Programa de Auditoria e devem ser devidamente comprovados por evidências e documentados por meio dos papéis de trabalho. O achado pode ser negativo, quando revela impropriedade ou irregularidade, ou positivo quando aponta boas práticas de gestão. (SANTOS E RIBEIRO FILHO, 2014, pag. 39)

Evidências de auditoria são as informações obtidas no decorrer do processo que é utilizado para fundamentar o relatório de auditoria e por conseguinte a opinião do auditor. Conforme evidenciado na NBC TA 500;

Evidência de auditoria compreende as informações utilizadas pelo auditor para chegar às conclusões em que se fundamentam a sua opinião. A evidência de auditoria inclui as informações contidas nos registros contábeis que suportam as demonstrações contábeis e informações obtidas de outras fontes. (NBC TA 500, pag. 2)

A materialidade nada mais é do que toda prova material (elementos físicos) encontrado no decorrer da execução da auditoria que serão utilizados para lastrear a opinião do auditor no relatório de auditoria. De acordo com Crepaldi;

A materialidade é uma questão de julgamento profissional e deve ser aplicada pelo auditor no planejamento e na execução da auditoria, e na avaliação do efeito de distorções sobre as demonstrações contábeis e na formação da opinião do relatório do auditor independente.(CREPALDI, 2019, Pag. 336.)

O relatório de auditoria é o documento emitido pelo auditor para relatar o resultado da auditoria e evidenciar os pontos positivos e negativos para a administração tomar as devidas precauções e realizar as correções necessárias dos pontos negativos encontrados. Nesse sentido tem-se regulamentado a NBC TI 01;

O relatório é o documento pelo qual a Auditoria Interna apresenta o resultado dos seus trabalhos, devendo ser redigido com objetividade e imparcialidade, de forma a expressar, claramente, suas conclusões, recomendações e providências a serem tomadas pela administração da entidade. (NBC TI 01, item 12.3.1, p. 6, 2003)

O relatório de auditoria deve ser redigido de forma escrita com objetividade e imparcialidade de forma clara a expressa a realidade dos fatos que merecem a atenção dos responsáveis pela gestão, tomada de decisões e implementações das recomendações elencadas.

2 | RESULTADOS

A auditoria foi aplicada para avaliar os possíveis impactos ambientais causados pelo processo produtivo da empresa e as consequências que esses podem ocasionar ao seu patrimônio.

A empresa pesquisada está situada na cidade de Presidente-Médici-RO e foi fundada em 28 de maio de 1993, iniciando suas atividades no mesmo período, desde o início de sua fundação fica caracterizada como indústria de alimentos, atuando na fabricação de produtos lácteos.

Quanto a sua natureza jurídica a mesma classifica-se como Sociedade Empresária Limitada, ela tem enquadramento empresarial como Empresa de médio e grande porte, com relação ao enquadramento tributário é optante pelo Lucro Real.

A produção principal do Laticínio é o queijo mussarela, como produção secundária o creme de soro, subproduto originado do leite que é destinado a fabricação de manteiga. A grande parte da comercialização de seus produtos é destinada ao Estado de São Paulo.

Realizado o diagnóstico da empresa foi elaborado papel de trabalho na forma de checklist como demonstra o quadro 01.

CHECKLIST DO DIAGNÓSTICO DO SGA DE UM LATICÍNIO						
Sequência	Descrição	Achados		Margem de Aceitação	Base Legal	Consequência
		Positivo	Negativo			
1	Sistema de tratamento de água					
2	Canaletas para o escoamento dos resíduos direcionando-os para a rede de esgoto					
3	Segregação do lixo e dos resíduos sólidos para destinação final					
4	Estação de tratamento de efluentes industriais					
5	Controle de poluição do meio ambiente					
Margem de aceitação:		0 - 3 Ruim	4 - 6 Bom	7 - 10 Ótimo		

Quadro 01 – Papel de trabalho

Fonte: Elaborado pelos autores conforme dados levantados.

Inicialmente foi realizado um diagnóstico para conhecimento da empresa e a funcionalidade do seu SGA, na sequência com os papéis de trabalhos aplicados, foram realizadas as análises de cada item. Conforme ilustra o quadro 02, o papel de trabalho aplicado com os seus respectivos resultados aos achados, base legal e consequências de acordo com as legislações vigentes.

CHECKLIST DO DIAGNÓSTICO DO SGA DE UMLATICÍNIO						
Sequência	Descrição	Achados		Margem de Aceitação	Base Legal	Consequência
		Positivo	Negativo			
1	Sistema de tratamento de água	X		3	Lei Federal nº 9.433/1997	Multas, podendo também ocorrer até a suspensão das atividades, conforme for o agravamento.
2	Canaletas para o escoamento dos resíduos direcionando-os para a rede de esgoto	X		6	RDC Nº 222/2018 comentada; e Instrução Normativa nº 05/17	Multas ou até mesmo ser interditado em casos mais graves.
3	Segregação do lixo e dos resíduos sólidos para destinação final	X		8	Lie nº 12.305/2010	Punições da Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/1998), onde as penas chegam em multas altíssimas e pode ocorrer até a reclusão e detenção.
4	Estação de tratamento de efluentes industriais	X		4	CONAMA - Res. 430/2011	Advertências, multas simples ou multas diárias, suspensão de venda e fabricação, suspensão parcial ou total de suas atividades
5	Controle de poluição do meio ambiente	X		4	Lei nº 997/1976	Suspensão das atividades enquanto não adotar as medidas corretivas
Margem de aceitação:				0 - 3 Ruim	4 - 6 Bom	7 - 10 Ótimo

Quadro 02 – Aplicação do papel de trabalho

Fonte: Elaborado pelos autores conforme dados levantados.

A análise da auditoria proposta serviu de base para o relatório de auditoria, atestando a forma do sistema de gestão ambiental que há na empresa, sua base legal, assim como a constatação de irregularidades e as possíveis consequências financeiras, na qual a empresa está sujeita a assumir.

Conforme item 1 do papel de trabalho que trata sobre o sistema de tratamento de água, a indústria possui um poço artesiano e uma estação própria de tratamento, que, é utilizada em toda a empresa e principalmente na produção do queijo mussarela. A água passa por todas as etapas de tratamentos e armazenadas em caixas antes do consumo.

Extrai-se da interpretação da Lei Federal nº 9.433/1997, instruções para o incentivo de preservação e aproveitamento de águas desde a captação e proporcionar o seu uso múltiplo.

O sistema de tratamento é dividido em etapas sendo elas a coagulação e floculação, decantação, filtração, desinfecção e fluoretação. Caso haja descumprimento das normas regulamentadoras do tratamento da água, a empresa fica suscetível a multas em valores vultosas.

Conforme item 2 do papel de trabalho que trata sobre as canaletas para o escoamento dos resíduos direcionando-os para a rede de esgoto. Verificou-se os requisitos necessários para a destinação dos resíduos e efluentes sólidos, provenientes da fabricação, a empresa possui piso projetado de maneira que facilita a limpeza e escoamento de todos os resíduos e efluentes, diretamente para as canaletas que levam para um sistema de esgoto, do qual

passam por um processo de separação dos resíduos sólidos, que levam a represa de tratamento.

Portanto esta de acordo com o inciso III do Art. 20 e conjunto com o Art. 7º da instrução normativa Nº 05, 14 de fevereiro de 2017.

Conforme item 3 do papel de trabalho, sobre a segregação do lixo e dos resíduos sólidos para destinação final. A empresa não possui o sistema de reciclagem integrado, porém há uma empresa local responsabilizada pela coleta dos materiais destinados a reciclagem.

A empresa faz a prática de segregação do lixo corretamente, de acordo com as exigências estabelecidas pela lei 12.305/10, evitando danos e procurando minimizar os impactos ambientais.

Conforme item 4 do papel de trabalho sobre a Estação de tratamento de efluentes industriais. Constatou-se nesse quesito que as instalações estão de acordo com as normas estabelecidas. Praticando todas as etapas de tratamento. Desta forma cumpre todos os requisitos exigidos para lançamento dos efluentes, conforme a resolução do CONAMA nº 430/11.

Dentre as consequências previstas na lei 9.605/98 do não cumprimento dos requisitos estabelecidos estão advertências, multas simples, suspensão de venda e fabricação, suspensão parcial ou total de suas atividades.

Conforme item 5 do papel de trabalho, com o objetivo de Controle de poluição do meio ambiente. Foi constatado pelos procedimentos aplicados na empresa, estando de acordo com todos os requisitos exigidos pelas legislações. A empresa está em conformidade com os licenciamentos de regularização, estabelecidos pelos órgãos competentes. De acordo com a lei nº 997/76, sobre emissão de resíduos poluentes.

De acordo com a análise do resultado obtido nesse procedimento de auditoria, foi verificado caso haja o não cumprimento ou falhas dos requisitos estabelecidos pelas legislações, normas e resoluções de cada papel de trabalho aplicado, poderá gerar as possíveis consequências como multas, advertências, suspensão de fabricação e venda das mercadorias, suspensão parcial ou total de suas atividades até que adote as medidas corretivas.

Em virtude das possíveis consequências de multas e advertências que acarretaria em um prejuízo financeiro, as consequências de suspensão de fabricação e vendas das mercadorias, e suspensão parcial ou total de suas atividades, resultando em grande impacto sobre a produção (etapas desde a recepção do leite in natura até o processamento do produto final, funcionários e fornecedores).

Gerando um prejuízo na produção de aproximadamente de R\$ 160.000,00 (Cento e Sessenta Mil Reais) diário, juntamente com os gastos para a regularização das inconformidades encontradas, além dessas possíveis consequências terem um grande impacto na parte financeira e na produção, acaba impactando diretamente no patrimônio

líquido da empresa. Visto que essas inconformidades com as legislações pertinentes ao meio ambiente, quanto à responsabilidade ambiental, tem causa e efeitos negativos na imagem da empresa.

3 | CONCLUSÃO

Em apreciação ao embasamento teórico e as simulações práticas realizadas são possíveis concluir que o objetivo principal da pesquisa foi alcançado, vez que, as indústrias de laticínios causam alguns impactos no meio ambiente principalmente relativo aos efluentes líquidos na etapa final da produção os quais são despejados invariavelmente em algum córrego ou rio.

Pelo procedimento de auditoria aplicado foi possível visualizar em análise as documentações disponibilizadas pela empresa e a permissão concedida para visitas técnicas na planta industrial, embora a empresa tenha atendido significativos itens do sistema de gestão ambiental, restam outros itens a serem atendidos nos termos das legislações ambientais vigentes.

Conforme se apura, se não atendido os itens elencados nas legislações, podem resultar em impacto negativo no patrimônio da empresa visto a possibilidade da ocorrência de advertências, multas pecuniárias, embargos a operacionalização da atividade industrial, cujo os resultados podem majorar os custos e resultar em prejuízo ao invés de lucro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti, **Auditoria: abordagem moderna e completa**. 9. ed.. São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597013801/cfi/6/10!/4/18@0:32.2>, Acesso em: 12 de dez. de 2019.

ATTIE, William, **Auditoria : conceitos e aplicações**. 7. ed.. São Paulo: Atlas, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597017229/cfi/6/50!/4/32/4@0:15.3>, Acesso em: 12 de dez. de 2019.

BARBIERI , José Carlos, **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Disponível em: < <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547208233/cfi/4!/4/4@0.00:0.00>> Acesso em: 15 nov. 2019.

BARSANO, Paulo Roberto, **Gestão ambiental**. 1. Ed. São Paulo: Érica, 2014. Disponível em: < <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536521596/cfi/3!/4/4@0.00:0.00>> Acesso em: 07 agos. 2019

BRAGA, Célia(org.). **Contabilidade ambiental: ferramenta para gestão da sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso dia 09 agos. 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. **Portaria nº 146, de 07 de março de 1996. Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Queijos**. Brasília: Ministério da Agricultura e do Abastecimento, 1996. Disponível em: < <https://www.defesa.agricultura.sp.gov.br/legislacoes/portaria-mapa-146-de-07-03-1996,669.html>> Acesso dia 14 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. **Instrução Normativa Nº 16, de 23 de agosto de 2005. Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Bebida Láctea**. Brasília: Ministério da Agricultura e do Abastecimento, 2005. Disponível em: < http://www.lex.com.br/doc_411405_INSTRUCAO_NORMATIVA_N_16_DE_23_DE_AGOSTO_DE_2005> Acesso dia 14 nov. 2019.

CARLOS, Henrique Pereira Mello. et al. **ISO 9001:2000: Sistema de gestão da qualidade para operação de produção e serviços**. São Paulo: Atlas, 2002.

CARVALHO, Gardênia Maria Braga de. **Contabilidade Ambiental**. 2. Ed. Curitiba: Juruá, 2012.

COSTA, Carlos Alexandre Gehm, **Contabilidade ambiental: mensuração, evidenciação e transparência**. São Paulo: Atlas, 2012.

CREPALDI, Silvio Aparecido, CREPALDI, Guilherme Simões, **Auditoria contábil: teoria e prática**. 10. Ed.. São Paulo : Atlas, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597006681/cfi/6/42!/4/314/2@0:75.6>, Acesso em: 12 de dez. de 2019.

CREPALDI, Silvio Aparecido, CREPALDI, Guilherme Simões, **Auditoria contábil : teoria e prática**. 11. ed. - São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597022773/cfi/6/10!/4/2@0:0>, Acesso em: 07 de abril de 2020.

FENKER, Eloy Antônio et.al., **Gestão ambiental: incentivos, riscos e custos**, São Paulo: Atlas, 2015. Disponível em: < <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597001181/cfi/4/1/4/4@0:00:0:0> > Acesso em: 07 agos. 2019.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Souza, **Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável**, São Paulo: Atlas, 2003.

GIL, Antônio Carlos, **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo : Atlas, 2018. Disponível em: < <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012934/cfi/6/26!/4/2/4@0:0.00>> Acesso em: 31 jul. 2019.

Instituto Federal de Brasília, **Manual de Auditoria Interna – MAINT**. Brasília, 2014. Disponível em: [https://www.ifb.edu.br/attachments/article/3285/P_ANEXO_NORMATIVA__001_Aprova%20o%20Manual%20de%20auditoria%20interna%20do%20IFB%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.%20\(5\).pdf](https://www.ifb.edu.br/attachments/article/3285/P_ANEXO_NORMATIVA__001_Aprova%20o%20Manual%20de%20auditoria%20interna%20do%20IFB%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.%20(5).pdf), Acesso em: 30 de abr. de 2020.

LINS, Luiz dos Santos, **Introdução à gestão ambiental empresarial : abordando economia, direito, contabilidade e auditoria**. São Paulo: Atlas, 2015. Disponível em: < <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597001082/cfi/19!/4/2@100:0.00>> Acesso em: 14 agos. 2019.

LINS, Luiz dos Santos, **Auditoria : uma abordagem prática com ênfase na auditoria**. 4. ed., São Paulo : Atlas, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011807/cfi/6/22!/4/324@0:58.1>, Acesso em: 12 de dez. de 2019.

MAGANHA, Martha Faria Bérnils, **Guia técnico ambiental da indústria de produtos lácteos**. São Paulo : CETESB, 2006. Disponível em: < <http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/serie-pl-producao-mais-limpa-produtos-lacteos/>> Acesso em: 18 nov. 2019.

MARION, José Carlos, **Contabilidade básica**. 12. ed.. São Paulo : Atlas, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597018103/cfi/6/2/1/4/2/2@0:0>, Acesso em: 16 de dez. de 2019.

MOREIRA, Jeanne Marguerite Molina, **Contabilidade ambiental como instrumento de gestão ambiental e diferencial competitivo nas empresas**. XXV congresso brasileiro. Artigo, 2018, Disponível em: < <https://guiadamonografia.com.br/citacao-de-site-e-artigo-da-internet>> Acesso em: 21 Set. 2019.

RESOLUÇÃO CFC Nº 986/03. Brasília, 2003. Disponível em: http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_986.pdf, acesso em 16 de dez. de 2019.

RIBEIRO, Osni Moura, COELHO, Juliana Moura Ribeiro, **Auditoria fácil**. 2.ed..São Paulo: Saraiva, 2013. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502213487/cfi/2/1/4/4@0.00:0.00>, Acesso em: 12 de dez. de 2019.

SANTOS, Salatiel Gomes dos, RIBEIRO FILHO, Antônio Daniel. **Manual de Procedimentos de Auditoria**. Brasília : Secretaria de Controle Interno/CNJ, 2014. Disponível em: <<https://www.tjam.jus.br/index.php/controle-interno/manuais-e-procedimentos/746-2-manual-de-procedimentos-de-auditoria-cnj-2014/file>> Acesso em: 07 abril 2020.

TACHIZAWA, Takeshy, **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócio focadas na realidade brasileira**. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2015. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522493838/cfi/4/1/4/4@0.00:0.00>> Acesso em: 21 agos. 2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescente autor de ato infracional 200, 203, 204, 205
Agroindústria 11, 59, 60, 61, 62, 66, 75, 76
Assistente Social 13, 254, 256, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 278, 279, 317
Associações 10, 52, 53, 54, 57, 157
Auditoria 34, 35, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 100, 157, 165

B

Bem Viver 12, 183, 184, 185, 194, 195, 196, 197, 198
Bibliotecas Públicas 12, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225
Biblioteca Universitária 226, 227, 228, 229
Bolívia 280, 281, 282, 288, 289, 290, 293, 294, 296, 297, 298

C

Capitalismo Dependente 280, 283, 284, 286, 287, 296, 298
Chapecó 13, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 310, 311, 314, 315
Compartilhamento de informações 122, 123, 124, 125, 126, 128, 130
Contabilidade 11, 24, 27, 32, 33, 34, 36, 38, 49, 50, 51, 92, 110, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 156, 163, 165
Contabilidade Gerencial 122, 163
Contabilidade Interorganizacional 11, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133
COVID-19 9, 10, 12, 13, 23, 24, 25, 27, 28, 170, 171, 172, 173, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 214, 216, 241, 242, 243, 245, 249, 252, 253, 269, 277
Crise Econômica 25, 65, 274
Crítica 17, 18, 19, 20, 21, 119, 136, 139, 140, 142, 154, 158, 159, 166, 191, 199, 213, 272, 273, 276, 278, 293
Culinária Brasileira 13, 241, 242, 245, 247, 248
Cultura 16, 37, 60, 61, 66, 70, 74, 75, 76, 77, 88, 121, 131, 137, 139, 150, 160, 164, 166, 194, 200, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 241, 243, 244, 245, 246, 259
D
Desenvolvimento Social 9, 21, 112, 113, 114, 116, 118, 119, 120, 261
DESENVOLVIMENTO SOCIAL 11, 112

Desistência da conduta infracional 12, 200, 201, 202, 203, 205, 210, 211

Desurbanismo 301, 302, 316

Diáspora 59, 60, 61, 62, 63, 75, 76

Direito 12, 34, 50, 63, 135, 137, 140, 153, 157, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 211, 243, 254, 256, 257, 265, 266, 274, 275, 276

Diversidade cultural 11, 59, 60, 75, 196, 217, 241

E

Ecoeducação 1, 3, 9

Empreendedorismo 32, 52, 57, 58

Energia sustentável 1, 3, 9

ERTS 11, 79

Escola Sustentável 1, 2, 3, 5, 9, 15, 16

Espírito do capitalismo 10, 17, 18, 19, 20, 21, 22

Exposições 12, 147, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225

Extensão 15, 134, 136, 161, 163, 164, 224, 226, 227, 229, 232, 233, 236, 237, 242, 243, 245, 246, 251

Extrativismo 280, 284, 293

F

Fábricas Recuperadas 11, 79, 81, 91

Ferramentas gerenciais 23, 25, 32

Final de graduação 134

Flaskô 11, 79, 80, 81, 82, 84, 87, 88, 89, 90

Forças Políticas 152, 154, 155, 156

Formação técnica integrada 11, 112, 113, 114, 115, 120, 121

Fragilidade socioespacial e ambiental 134, 135, 142, 149, 150

G

Gastronomia 241, 242, 243, 244, 245, 247, 248

Gestão de recursos humanos 12, 92, 95, 100, 226

H

Haitianos 59, 61, 63, 64, 65, 77

I

Informação em saúde 170

Investimento 1, 6, 98, 140, 165, 188, 273, 288, 289, 290, 292

M

Marechal Bormann 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 309, 310, 311, 313, 314, 315

Microempreendedor Individual 23, 24, 25, 27

Mídias Sociais 23, 29, 30, 32, 238, 242

Moradia 183, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 206, 308, 309

O

Oportunidades 52, 53, 54, 55, 56, 57, 110, 120, 124, 135, 149, 159, 191, 200, 223

P

Pandemia 9, 10, 12, 13, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 167, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 179, 180, 181, 214, 216, 222, 241, 242, 243, 245, 246, 247, 249, 251, 252, 268, 269, 276, 277

Perfil e expectativas de estudantes 112, 121

Pesquisa interdisciplinar 112, 114

Política Pública 150, 201, 259, 260, 269, 301

Produção científica 12, 118, 170, 182

Q

Questão Social 13, 261, 262, 268, 269, 270, 272, 276, 278, 279

R

Remuneração Estratégica 92, 93, 94, 95, 96, 101, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111

Repositórios 12, 170, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 226, 232, 235

Resultado Econômico 34

Ruy Mauro Marini 280, 281, 282, 288, 300

S

Senegaleses 59, 61, 65

Sistema Gestão Ambiental 34, 37

Sistema único de saúde 156

Sustentabilidade 9, 1, 2, 3, 4, 15, 16, 36, 37, 49, 131, 150, 157, 161, 163, 168, 195, 215, 224, 293

T

Técnicas construtivas de urgência 134

Teoria da Dependência 282

Terceirização 12, 84, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 165, 166

Trabalho 10, 13, 2, 15, 17, 20, 21, 22, 23, 25, 30, 32, 34, 35, 38, 44, 45, 46, 47, 48, 55, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 84, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 111, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 124, 125, 126, 128, 131, 134, 135, 137, 140, 141, 142, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 152, 156, 159, 160, 161, 164, 165, 168, 173, 181, 184, 187, 188, 190, 192, 193, 196, 200, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 214, 215, 221, 223, 224, 230, 240, 241, 243, 244, 251, 254, 255, 257, 259, 260, 261, 264, 268, 269, 270, 271, 272, 275, 276, 277, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 293, 294, 295, 296

V

Violência doméstica 13, 254, 255, 256, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266

Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas

2



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2021

Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas

2



 www.arenaeditora.com.br
 contato@arenaeditora.com.br
 [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)
 www.facebook.com/arenaeditora.com.br


Ano 2021